

AMBIENTE

Dossiê aponta suborno de fiscais do Ibama

Documento indica irregularidade na exploração e venda de mogno brasileiro

PATRICIA FERRAZ

Fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em Rondônia, receberam suborno de R\$ 5 mil por mês de empresas madeireiras e cobraram entre R\$ 20 mil e R\$ 40 mil para aprovar autorizações de corte de mogno em 95. A denúncia, feita por três fiscais do próprio Ibama e encaminhada à superintendência do órgão em Brasília, consta de um dossiê preparado pela organização não-governamental (ONG) Amigos da Terra Internacional — Programa Amazônia sobre extração ilegal de mogno.

O documento apresenta provas de apreensão de madeira irregular e armas em área da Força Aérea Brasileira (FAB), na Serra do Cachimbo, e indica madeireiras de propriedade de três prefeitos e até de um bispo, no Vale do Jauari, que realizam atividade ilegal.

Dossiê — Com o título de Pará Inglês Ver, o dossiê de 500 páginas foi preparado com base na análise de cerca de 10 mil documentos do Ibama, Embrapa e Funai e aponta irregularidades na atividade madeireira no Pará, Rondônia e Acre, em 1995.

“A extração de mogno está fora de controle; não há como garantir a legalidade da madeira extraída da região”, afirma o coordenador do trabalho, Roberto Smeraldi. O dossiê apresenta uma cópia de relatório técnico interno do Ibama, assinado por 11 engenheiros florestais do órgão. Eles afirmam que as autorizações de corte concedidas pelo Ibama estão servindo para “esquentar” mogno extraído ilegalmente.

“Em muitos casos, o corte foi autorizado sem vistoria da área ou sob alegação de que o proprietário da terra não aceitou vistoria ou, ainda, sob alegação de que o acesso ao local era difícil”, relata o ambientalista. De acordo com o dossiê, mesmo com falhas nos planos de manejo (corte feito dentro de padrões que garantem a sobrevivência da espécie), inúmeros cortes de madeira foram autorizados.

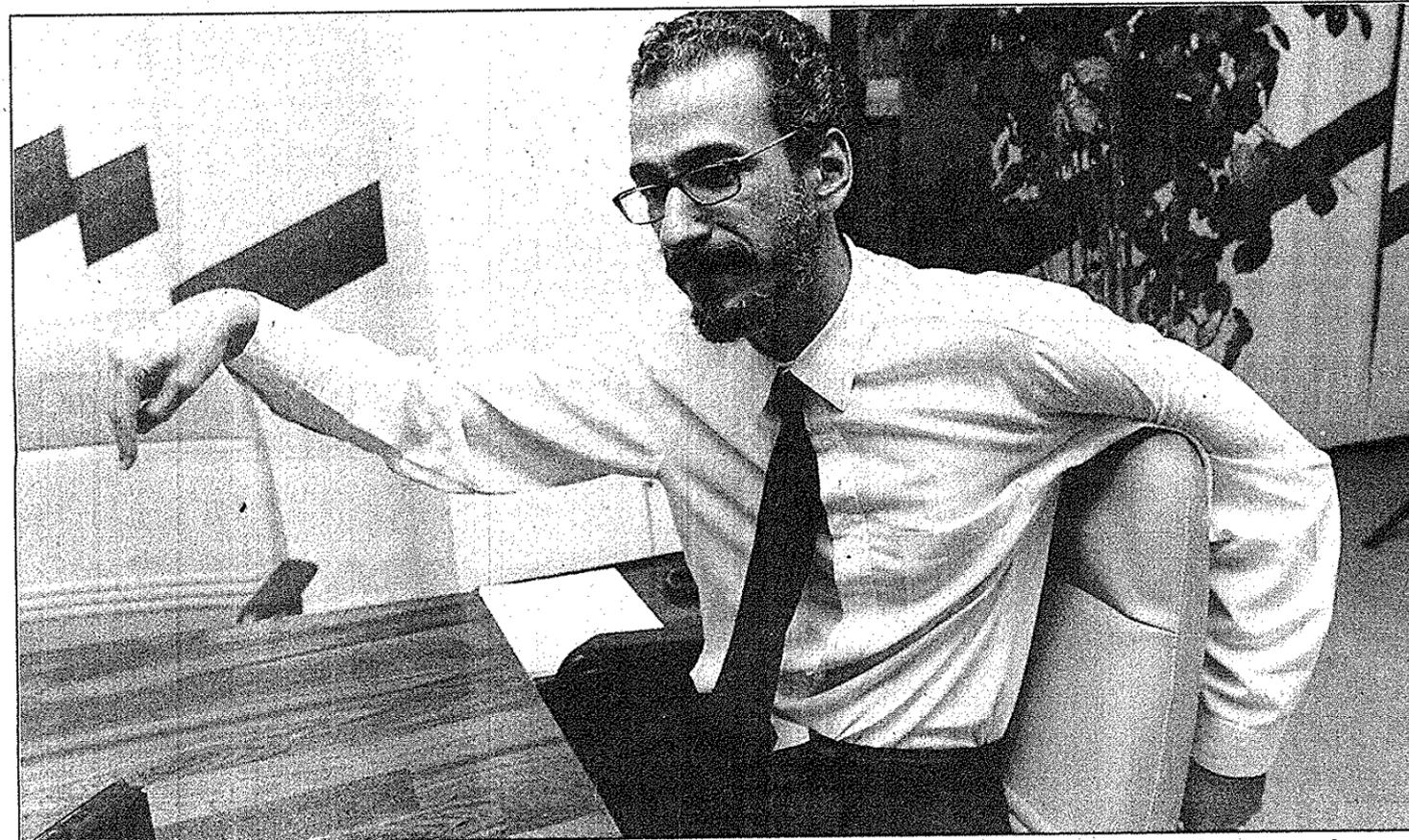
Multas — O documento também indica que o Ibama, além de subnotificar as infrações, costuma aplicar multas que não são aceitas pela Justiça. “As autuações são lavradas com base em uma portaria considerada inadequada pela Justiça e o resultado é que o infrator recorre, vence e não paga nada”, afirma o ambientalista.

Roberto Smeraldi explica que a ideia de avaliar a extração de mogno surgiu a partir de várias consultas informais de ONGs ambientalistas inglesas, interessadas em saber se os



Toras de mogno em rio da Amazônia: de acordo com documento, em muitos casos, corte é autorizado sem a vistoria da área

André Dusek/AE — 3/10/91



Eduardo Martins, presidente do Ibama: “Estamos iniciando uma análise administrativa de todas as autorizações de corte de mogno”

exportadores de madeira brasileira estavam agindo dentro da lei.

Há três anos, a Associação de Indústrias Exportadoras de Madeira,

do Pará (Aimex) assinou um termo de compromisso com a Federação de Importadores de Madeira (TTF), da Inglaterra, de só vender madeira le-

gal. Na ocasião, a Aimex se comprometeu a deixar de extrair mogno das reservas indígenas.

“Mas o que o nosso trabalho com-

prova é que todas as madeireiras da Aimex foram autuadas em 95 por práticas ilegais”, explica Smeraldi. O relatório apresenta cópias das mul-

tas aplicadas por extração de mogno em reservas indígenas, corte acima das cotas autorizadas e irregularidades nos planos de corte.

Reportagem — O dossiê foi enviado para entidades ambientalistas da Inglaterra mas, antes disso, os ingleses tiveram a oportunidade de constatar algumas irregularidades. No início do ano passado, uma equipe de reportagem do Channel 4, da Inglaterra, esteve em uma reserva indígena do Pará, marcou algumas árvores de mogno e filmou — sem ser notada — desde a derrubada da árvore até o embarque da madeira para o Exterior. Durante o processo, foi flagrado um fiscal do Ibama recebendo dinheiro para liberar a madeira.

Segundo o dossiê, os jornalistas levaram a fita para a superintendência do Ibama, em Belém, esperaram por mais de duas horas e, em vez de serem atendidos pelo superintendente, foram detidos por dois agentes da Polícia Federal sob alegação de que era preciso averiguar se seus vistos de permanência no Brasil eram válidos. De volta à Inglaterra, os jornalistas tentaram 15 contatos com o Ibama — para ouvir a versão do órgão, antes da exibição da reportagem, mas não obtiveram resposta.

O atual presidente do Ibama, Eduardo Martins, reconhece como verdadeiras as denúncias do dossiê e admite que grande parte das autorizações de corte de mogno dadas pelo Ibama tem servido para “esquentar” madeira ilegal. “Estamos iniciando uma análise administrativa de todas as autorizações de corte de mogno”, explica. “As autorizações que apresentarem irregularidades serão canceladas e, nos casos de dúvida, faremos verificação de campo”, disse.

O presidente do Ibama confirma que boa parte das multas tem sido aplicada com base em instrumento jurídico inadequado. Ele diz que já recomendou às superintendências estaduais do órgão que passem a adotar a legislação estadual ambiental, nos casos em que ela for mais apropriada do que a legislação federal, na aplicação de multas. “Em alguns Estados a Lei Florestal prevê penas melhores.”

Martins acredita que o problema será solucionado com a aprovação da Lei do Crime Ambiental. “O ministro de Meio Ambiente e Amazônia Legal criou, na última sexta-feira, um grupo para trabalhar na finalização do projeto da Lei do Crime Ambiental, que deverá ser enviado ao Senado em caráter de urgência”, explica.

Em relação às denúncias de corrupção, o presidente do Ibama afirma que estão sendo investigadas. “Há uma centena de sindicâncias e processos administrativos envolvendo corrupção no Ibama; concordo que o modelo de gestão de certa forma facilite a corrupção, mas não se pode generalizar, é preciso ter cuidado.”